

Senadores do PFL propõem nova fórmula de plebiscito



Nelson Guimarães Proença

Ana Lúcia Silva

Crodowaldo Pavan

Rui Altenfelder Silva

Rogério Magri



Miguel Paulino da Silva

Eva Altermann Blay

Hermann Assis Baeta

George Tasso Callado

Roberto Toshio Horiguti

Sociedade civil exige direito de participar

Da Reportagem Local

Garantir a participação de toda a sociedade na fase de discussão, no processo de elaboração da nova Carta Constitucional brasileira e no cumprimento das resoluções da Assembleia Nacional Constituinte é a principal tarefa das entidades civis brasileiras, segundo concluíram os participantes do debate "Constituinte e Entidades", realizado quarta-feira à noite no auditório da Folha.

Os expositores foram Hermann Assis Baeta, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Nelson Guimarães Proença, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Crodowaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Rui Altenfelder Silva, vice-presidente e diretor jurídico da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp); Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e um dos coordenadores da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat); e Ana Lúcia da Silva, secretária de Formação Política e Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Como debatedores, estiveram presentes Eva Blay, presidenta do Con-

selho Estadual da Condição Feminina; Roberto Toshio Horiguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp); Miguel Paulino da Silva, diretor-secretário da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), e George Tasso Callado, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE). Compareceram ainda, como convidados especiais, Arlindo Munguoli, presidente da seção paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Márcio Thomaz Bastos, advogado, ex-presidente da OAB-SP. O debate foi coordenado pelo jornalista João Batista Natali, da Folha.

Novo ordenamento

Abrindo o encontro, o presidente nacional da OAB, Hermann Assis Baeta, declarou que "se as entidades civis brasileiras não se unirem e não intensificarem a luta rumo à democratização plena do País, dificilmente chegaremos a este sistema de poder que toda a Nação aspira e exige". Observou que "nossas entidades já têm autoridade e experiência para contribuir de forma eficaz e sobretudo independente nesse processo" e apontou a necessidade de "um novo ordenamento jurídico-político do País através de uma Assem-

bléia Nacional Constituinte livre, soberana, legítima, democrática, representativa e principalmente autônoma".

Falando em seguida, o presidente da Associação Médica Brasileira, Nelson Guimarães Proença, defendeu a inscrição de candidaturas avulsas à Constituinte, por entender que "não devemos ficar limitados aos interesses menores de grupos e partidos". Disse que "o ideal seria uma Constituinte sem partidos, com representantes de toda a Nação, buscando-se para isso mecanismos apropriados".

Maioria silenciosa

Crodowaldo Pavan, presidente da SBPC, afirmou que "até agora nossas entidades fizeram muito pouco pelo País" e pregou a necessidade de uma união "para acabar com a maioria silenciosa e seu comodismo". Já o diretor da Fiesp-Ciesp, Rui Altenfelder Silva, também defendeu uma Constituinte "autônoma" e discordou das candidaturas avulsas, por entender que "o princípio deve ser o de fortalecimento dos partidos políticos".

Rogério Magri, da Conclat, observou que uma das pré-condições para a convocação da Constituinte seria a limpeza do chamado "entulho autori-

tário", mais isso, a seu ver, não está ocorrendo. "A atual Lei de Greve, por exemplo, impede a manifestação de várias categorias e em alguns momentos outros entulhos são colocados de forma diferente", afirmou.

Ana Lúcia da Silva, da CUT, defendeu igualmente a remoção do conjunto de leis autoritárias antes da Constituinte e a realização simultânea de eleições diretas para a Presidência. Entre os debatedores, Roberto Horiguti, da Fetaesp, disse que a Constituinte deve ser "desvinculada dos partidos, caso contrário os políticos profissionais mais uma vez vão ocupar o espaço e marginalizar grande parte da sociedade da participação". Miguel Paulino da Silva, da Faesp, defendeu a participação igualitária de "empresários e trabalhadores", enquanto George Tasso Callado, da UNE, disse que "nenhum poder poderá desacatar os resultados da Constituinte". Eva Blay, do Conselho Estadual da Condição Feminina, afirmou, por sua vez, que "o atual processo de discussão da Constituinte deve ser didático e os políticos também devem ser conclamados a esta tarefa".

O debate "Constituinte e Entidades" será transmitido na íntegra pelo programa "Debates Folha", da Rádio Universidade de São Paulo, que vai ao ar todas as terças-feiras.

Fernando Santos

Da Sucursal de Brasília



Os senadores do Partido da Frente Liberal, muitos dos quais eleitos em 1982, elaboraram nova proposta de consulta à população para confirmar sua participação na Assembleia Nacional Constituinte. Desta vez, porém, o plebiscito atingiria todos os eleitos em 1986 (deputados e senadores) e indagaria ao eleitor se ele concede, ou não, poderes constituintes àqueles parlamentares.

Esta solução foi aprovada na reunião de ontem da bancada, que contou com a presença de 13 dos 18 senadores do PFL, e será levada à discussão junto aos demais partidos e ao Conselho Político do governo, que poderá adotá-la.

Segundo o líder Carlos Chiarelli, essa proposta tem a vantagem de não discriminar ninguém, pois todos, e não só os eleitos em 1982, cujo mandato se estende até 1990, seriam submetidos ao crivo do eleitor. Além disso, ao votar (agora pela segunda vez), o eleitor não optaria de forma genérica, mas já sabendo quem tinha sido eleito.

O plebiscito, de acordo com a proposta do PFL, seria realizado entre a eleição e a posse, provavelmente em fevereiro de 1987. Chiarelli

defende a viabilidade da proposta e acredita que ela pode ser aperfeiçoada. Ele ressalta, sobretudo, o caráter de igualdade que uma consulta deste tipo, à qual todos se submetessem, teria, não discriminando entre os que foram eleitos em 1982 e os que o serão em 1986.

Questões econômicas

A bancada do PFL discutiu ainda formas de participar mais ativamente da discussão das questões econômicas e de uniformizar sua linguagem em relação às medidas do governo e às propostas do partido. Na próxima terça-feira, os senadores do PFL almoçarão com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, quando pretendem discutir dívida externa, reforma tributária, juros e encargos financeiros, e déficit público.

O PFL pretende apresentar sugestões ao governo e distribuiu estes temas entre quatro senadores: Marcondes Gadelha (reforma tributária), Carlos Lyra (dívida externa), José Lins (déficit público) e Albano Franco (juros e encargos financeiros).

O líder do partido no Senado lembra que há uma emenda à Constituição propondo a reforma tributária na ordem do dia. E precisa, conclui, que os partidos discutam e se posicionem a respeito do tema. Antes da reunião com o ministro Dornelles, a bancada do PFL no Senado voltará a se reunir para analisar os trabalhos e estudos apresentados pelos senadores.

Arinos quer que nova Carta estimule democracia direta

Da Sucursal de Brasília

O jurista Afonso Arinos, 79, defendeu ontem que a nova Constituição Federal contenha dispositivos que estimulem a democracia direta, a partir dos quais os eleitores não só possam ter a iniciativa de propor leis, mas tenham também o poder de vetar outras, através de referendums populares. Ele acha que a nova Carta deve ter como preocupação principal "a defesa da liberdade participativa, porque sem ela não haverá democracia".

Arinos reuniu-se ontem com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, para acertar os últimos detalhes sobre a estrutura de funcionamento da Comissão Constitucional, a ser criada por decreto presidencial. Escolhido para presidir a Comissão, o jurista informou que não será mais possível concluir o anteprojeto de Constituição até o dia 15 de novembro — um ano antes da eleição dos delegados à Assembleia Nacional Constituinte —, conforme estava previsto. Ele acha que a Comissão não deve ter um prazo fixo para encerrar seus trabalhos.

De acordo com o ministro Fernando Lyra, 46, a Comissão Constitucional deverá ter cerca de cinquenta integrantes. Hoje, no Rio de Janeiro, ele volta a conversar com Afonso Arinos, desta vez para "trocar idéias sobre nomes". Mas Lyra deixou claro que a escolha desses nomes ficará a critério exclusivo do presidente Sarney, que pode ou não acolher aqueles 33 já relacionados por Tancredo Neves e aceitar outras sugestões.

Padrões modernos

No encontro de ontem ficou acertado que a Comissão Constitucional terá dois vice-presidentes e um corpo de assessores especializados, cujos nomes não foram revelados. Será instalada oficialmente no Ministério da Justiça, em Brasília, e no prédio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a pedido de Afonso Arinos. Fará três ou quatro reuniões plenárias em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e uma cidade do Nordeste, e reuniões setoriais das subcomissões a serem formadas por critérios de assunto e proximidade geográfica dos integrantes.

O professor Afonso Arinos entende que a nova Constituição Federal deve ser feita dentro dos padrões modernos do Direito Constitucional, a partir dos quais, além de definir a estrutura do Estado, a Carta seja marcada pela preocupação social. Na sua opinião, a nova Constituição precisa ser "bastante abrangente, e propiciar estabilidade para que possa durar mudando".

O ideal, para ele, é que seja objetiva, mas tenha dispositivos que possibilitem "cobrir todos os territórios novos da vida social, com tratamento jurídico adequado, que preserve a participação popular, a representação e a sociedade".

Novas formas sociais

Os canais de representação popular, na visão do jurista e antigo político da UDN, são insuficientes e viciados por vinte anos de arbítrio. Por isso, defende a criação de novos canais, ou formas de representação, que garantam a participação do eleitorado na elaboração das leis e definição dos destinos do País. Afonso Arinos entende que novas formas de organização popular podem ser incluídas na nova Constituição ou regulamentadas junto às já existentes, como as comunidades eclesiais de base e outras entidades municipais.

"Hoje, essas organizações não são só 'lobbies', no sentido restrito de defesa de interesses políticos ou econômicos de um determinado grupo, mas verdadeiras situações sociais, órgãos de influência que devem se transformar para determinar a representação e a elaboração das leis", afirmou. Esses grupos, segundo o jurista, exerceriam a chamada democracia direta, onde os eleitores poderiam propor leis através dos partidos ou vetar outras em referendums. Um caso típico para ser submetido à apreciação popular, nessa proposta, seria a recente lei que solucionou o caso do Banco Sulbrasileiro, em que o veto seria certo, na sua opinião.

Afonso Arinos define-se como "um velho liberal" e rejeita as críticas de que o anteprojeto a ser elaborado pela Comissão Constitucional será conservador por sua influência.